

O “NOVO DENZINGER”
A PROPÓSITO DA EDIÇÃO BRASILEIRA
BILÍNGÜE DO ENCHIRIDION SYMBOLORUM...¹

Francisco Taborda SJ

Quem estudou teologia em tempos pré-conciliares, ainda sob a hegemonia da neo-escolástica, lembra-se da familiaridade que se tinha com o sistema de teses em que os argumentos se seguiam em ordem de importância: Escritura, tradição, magistério, razão. E os exames finais exigiam um bom exercício de memória para lembrar não só as citações bíblicas, mas também – e às vezes principalmente – os números do “Denzinger”. Com esse jargão se designava, de forma abreviada – e quase carinhosa – o *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum* [Compêndio dos símbolos, definições e declarações sobre questões de fé e costumes]. Nesta obra, publicada pela primeira vez em 1854, Heinrich Denzinger (1819-1883), professor de teologia na Universidade de Würzburg (Alemanha), tornara acessível aos estudantes de teo-

¹ Cf. Heinrich DENZINGER, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Traduzido com base na 40ª edição alemã (2005) aos cuidados de Peter HÜNERMANN, por † José Marino Luz e Johan Konings, São Paulo: Paulinas / Loyola, 2007. 1467 pp., 24,5 X 17,7 cm. ISBN 978-85-356-1927-0 (Paulinas); 978-85-15-03439-0 (Loyola); 3-451-22442-9 (edição original). Doravante se usa a sigla *DH* (= Denzinger-Hünemann). – O termo “bilíngüe”, usado no subtítulo deste artigo, é inadequado, mas valha como braquilogia para um fenômeno complexo. “Bilíngüe”, porque os textos vêm em duas colunas: a da esquerda traz o texto na língua original; a da direita a tradução em português (nesse sentido: duas línguas). Mas “bilíngüe” não expressa exatamente a característica da obra, já que os textos originais – embora predominantemente em latim – podem ser em grego, alemão, francês, espanhol, inglês...

logia textos do magistério eclesiástico, julgados necessários para uma teologia que não fosse unicamente fruto de elucubrações – tentação racionalista típica da época –, mas tivesse uma sólida base na tradição, representada pelo magistério eclesiástico².

Em torno ao “decorar” os números do “Denzinger” se formou todo um folclore de piadas sobre as técnicas mnemônicas usadas para gravá-los na memória e tê-los “na ponta da língua” no momento da terrível prova oral do fim do ano ou – pior ainda – do final do curso de teologia, o “De universa Theologia”, e as confusões que essas mnemotécnicas podiam ocasionar. Diante dos “grandes pequenos dramas” dos estudantes representou um alívio a reformulação ocorrida na 32ª edição (1963), entregue aos cuidados de Adolf Schönmetzer SJ³. O editor teve a feliz idéia de criar uma nova numeração que representasse uma ajuda mnemotécnica para o usuário. Alguns documentos capitais iniciavam com um número redondo⁴. Assim, por exemplo, o Concílio de Nicéia encontrava-se em *DS* 125, enquanto no velho “Denzinger” era *Dz* 54; o de Constantinopla I, *DS* 150 (outrora *Dz* 86); o de Calcedônia, *DS* 300 (*DS* acrescenta o prólogo do documento de Calcedônia que não estava em *Dz*, lá se podia ler a definição em *Dz* 148); o Lateranense IV, *DS* 800 (*Dz* 428); a Constituição “Benedictus Deus”, *DS* 1000 (*Dz* 530); o Concílio de Florença, *DS* 1300 (*Dz* 691); o Concílio de Trento, *DS* 1500 (*Dz* 782); a Bula “Ineffabilis Deus” (imaculada conceição), *DS* 2800 (a introdução não constava em *Dz*, mas só a definição: *Dz* 1641); o Concílio Vaticano I, *DS* 3000 (*Dz* 1781); a Constituição Apostólica “Munificentissimus Deus” (assunção), *DS* 3900 (*Dz* 2331)⁵.

Além disso, nos diversos documentos Schönmetzer procurava que as numerações eventualmente existentes nas listas de erros ou no número dos cânones tivessem certa correspondência com a numeração do *Enchiridion*. Assim, tomando um exemplo a esmo, o cânon I do decreto sobre a justificação, do Concílio de Trento, tem o número *DS* 1551 e sucessivamente os seguintes cânones, fazendo coincidir o último algarismo com o número do cânon. Tudo isso representou um alívio para a memória de minha geração...

² Na sua introdução, Peter Hünermann apresenta, em grandes traços, a história do “Denzinger” (cf. p. 3-5).

³ A partir de então as siglas “*D*”, “*Dz*” ou “*Denz.*” foram substituídas por “*DS*” (Denzinger-Schönmetzer), como, a partir da 37ª edição, passou a ser “*DH*” (Denzinger-Hünermann).

⁴ A nova numeração obrigou a uma reviravolta na forma de citar. Em respeito aos usuários das edições anteriores, o “Denzinger” passou a ser citado com as duas numerações. P. ex.: *DS* 1676 / *Dz* 897. Para ajudar o leitor de obras mais antigas que citavam a numeração anterior a 1963 (34ª ed.), conservada, aliás, por Schönmetzer na margem interna da página. No mesmo intuito de permitir a leitura de obras mais antigas que citavam o “Denzinger” por edições anteriores à 34ª, *DH* traz no final uma “Concordância dos números marginais” (p. 1463-1467), em que estabelece a equivalência entre os números de *DH* e os de *Dz*.

⁵ Veja a lista completa dos números significativos, na introdução de Hünermann, p. 6-7.

Hünemann mantém a numeração de Schönmetzer. Entretanto, com a introdução dos excertos do Vaticano II, que, dentro da lógica de pôr números redondos em textos fundamentais, começa como *DH* 4000, os antigos *DS* 3998 e 3999 passam a ser *DH* 4400ss. Textos antigos que Schönmetzer acrescentara como suplemento à 36ª edição, no final da obra, fora de seu contexto histórico, mas numerado segundo o local onde deveria estar, inclusive com acréscimo de letras (ex.: 251a, 251b etc.), foram inseridos por Hünemann em seu lugar próprio, mas conservada a numeração anômala. Assim a carta de Nestório a Cirilo, lida e rejeitada pelo Concílio de Éfeso (*DH* 251a-e colocada entre *DH* 251 e *DH* 252). Outros desses textos do suplemento de *DS* tiveram mais sorte, pois havia uma lacuna casual na numeração justamente onde os textos deviam ser inseridos. Tal foi o caso do decreto de Eugênio IV contra o Concílio de Basiléia, de 4 de setembro de 1439 (cf. *DH* 1309), que coube perfeitamente entre a bula do Concílio de Florença para a união com os gregos (que vai de *DH* 1300 a 1308) e o decreto para os armênios (que começa em *DH* 1310).

Essas reminiscências e curiosidades mostram o quão popular o “Denzinger” se tornara em teologia, correndo o perigo de parecer tratar-se da única fonte da fé e de determinar os conteúdos dos cursos teológicos. Corria-se o risco de esquecer que a coletânea de documentos era tão arbitrária como qualquer outra seleção que se pudesse fazer. A esse perigo inerente ao “Denzinger” Karl Rahner denunciou sob o nome de *Denzingertheologie* (“Teologia do Denzinger”) e Yves Congar explicitou, num artigo notável⁶. A “Teologia do Denzinger” seria uma teologia que, por um lado, se restringisse aos temas que estão no *Enchiridion* e, por outro – o que é mais grave –, tratasse todos os textos ali contidos como se tivessem a mesma importância como explicitações da fé católica. Ora, tal estava longe de corresponder à realidade. Cada texto tem seu perfil próprio e, conseqüentemente, seu peso específico: as declarações de qualquer dos quatro primeiros Concílios têm absolutamente outro valor que as respostas da Pontifícia Comissão Bíblica do início do séc. XX, só para citar dois casos extremos. Além disso, o texto tem que ser lido em seu contexto histórico. As palavras – mesmo quando ditas pelo magistério – não têm sempre o mesmo sentido. Foi outro mérito de Schönmetzer ter introduzido breves notas históricas a cada documento, de forma que o leitor possa – pelo menos sumariamente – localizar o documento em seu contexto.

Ainda obviando o perigo de uma “Teologia do Denzinger” Schönmetzer revisou completamente a seleção de documentos das edições anteriores, introduzindo 150 novos e reduzindo a excertos mais curtos textos menos

⁶ Cf. Y. CONGAR, „Über den rechten Gebrauch des ‘Denzinger‘“, em: *Situation und Aufgabe der Theologie heute*, Paderborn, 1971, 125-150 (citado e resumido na introdução de Hünemann, p. 10-11 e nota 9).

fundamentais, além de acrescentar – como já era de praxe – documentos dos últimos anos.

O Concílio Vaticano II, com seus numerosos e longos textos, trouxe um novo desafio. Seria ainda possível prosseguir com o “Denzinger”, incorporando o Vaticano II? O volume que já se aproximava das mil páginas, comportaria ainda mais o gigantesco volume de páginas do Vaticano II? Na 35ª edição Schönmetzer prometeu uma publicação à parte com os documentos do Concílio, o que não veio a realizar devido a seu falecimento.

Porém mais um problema intervinha no uso do “Denzinger”: as novas gerações de estudantes de teologia sabiam cada vez menos latim e grego. Já em 1959 aparecera uma tradução espanhola da 31ª edição⁷. Portanto, ainda o velho “Denzinger” não modificado por Schönmetzer. A efervescência do Concílio suscitou num grupo de alunos e formadores do Pontifício Colégio Pio Brasileiro a idéia de traduzir o recém aparecido *DS* para o português. Percebera a necessidade e pusera mãos à obra, num gigantesco empreendimento coletivo que se veio a perder na vinda ao Brasil, com a bagagem do então Frei Guilherme Baraúna OFM. Naqueles tempos anteriores ao computador, à Internet e até mesmo ao xerox, foi uma perda irreparável. O sonho de uma tradução brasileira do “Denzinger” desfez-se no lixo de algum depósito alfandegário, nos porões de um navio ou no fundo do mar.

Em 1981, Peter Hünemann, professor de teologia na Universidade de Tübingen (Alemanha), verificando que o “Denzinger” se tornara inacessível até mesmo para os estudantes da mais conceituada Faculdade de Teologia da Alemanha, conclui pela necessidade de traduzi-lo. Entretanto a tradução deveria ser apenas uma facilitadora do acesso aos textos originais, pois não se faz ciência na base da tradução. Daí a idéia de uma edição bilíngüe⁸ que trouxesse uma tradução o mais literal possível, de forma a remeter ao original.

O empreendimento era gigantesco e sua execução levou onze anos, com a ajuda de uma equipe germanicamente eficiente e devidamente remunerada, e dos meios mais atualizados da informática. Era preciso revisar todos os documentos segundo as mais recentes edições críticas ou, pelo menos, de acordo com as edições mais confiáveis. Era preciso tomar uma decisão sobre os documentos do Vaticano II: pô-los na íntegra, omiti-los de todo, seleccionar trechos mais significativos. Era preciso acrescentar os novos

⁷ Cf. E. DENZINGER, *El magisterio de la Iglesia. Manual de los símbolos, definiciones y declaraciones de la Iglesia en materia de fe y costumbres*. Versión directa de los textos originales por Daniel RUIZ BUENO, Barcelona: Herder, 1963 (3ª reimpressão). A primeira é de 1959.

⁸ No sentido já explicado na nota 1.

documentos dos pontificados de Paulo VI e João Paulo II, este um dos mais longos da história e mais profícuos em produção de documentos (ocupam quase 143 pp. da edição brasileira contra as 185 do pontificado de Paulo VI, onde estão incluídas as 133 páginas de excertos dos documentos do Vaticano II!). Era preciso refazer totalmente o índice sistemático que até à 36ª edição fora composto em moldes neo-escolásticos. E assim por diante.

Uma obra de tais dimensões não respondia apenas às necessidades da Alemanha. Logo vieram as traduções: italiano, francês, espanhol, croata e agora português; outras estão em fase de preparação (inglês, chinês). Agora, depois de um trabalho ingente de cinco anos e graças à admirável capacidade de trabalho de Johan Konings, um biblista que aceitou o desafio de embrenhar-se na selva dos documentos do magistério, veio à luz a edição brasileira que estamos apresentando. Foi um trabalho de paciência e acribia com a ajuda esporádica de alguns colegas da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE – Belo Horizonte) e sem os recursos financeiros e de pessoal das universidades alemãs. Mas o ideal de prestar um serviço à teologia no Brasil foi suficientemente forte para vencer os obstáculos.

A nova edição do “Denzinger” tem-se mostrado uma oportunidade ímpar para refletir sobre o método teológico e sobre a função dos textos do magistério no trabalho do teólogo. Tanto Peter Hünermann na introdução à *editio princeps* – tal se pode considerar a edição alemã –, como Johan Konings na apresentação da edição brasileira, dão preciosas sugestões sobre o uso da coletânea em teologia, para que não se caia em uma “Teologia do Denzinger”. Escreve J. Konings:

...a remodelação efetuada por Schönmetzer e continuada pelo Prof. P. Hünermann fez do “Denzinger” muito mais do que um arsenal para provar teses teológicas. Tornou-se um *espelho da evolução da expressão da fé* em confronto com os desafios históricos, mostrando, inclusive, como expressões provisórias podem ser ultrapassadas pela própria dinâmica da fé e da prática eclesial. Tornou-se possível a “*leitura teológica*” do *Denzinger* (p. 1).

Essa indicação de Konings pode ser ilustrada por um item do índice sistemático de Schönmetzer conservado por Hünermann: “Exemplos de decisões magisteriais divergentes” que se encontra sob a indicação **H:3h** (p. 1358-1359). Na 34ª edição – que tenho à mão – o item correspondente (que era então identificado com **H 2c**) tem por título geral: “A certeza de outros atos do magistério”. E, antecedendo imediatamente os exemplos conservados por Hünermann, Schönmetzer escrevia:

Deve-se assentimento também a decretos não propostos infalivelmente (entre os quais em si, isto é, a não ser que tratem de matéria em outra parte declarada infalível, enumeram-se as encíclicas e as proscricções de erros) 2922 3407 3885; tal assentimento não pode ser absoluto (por ser prestado a uma matéria não imune de erro por força do dom da infalibilidade), mas só condicionado, revogável em favor de uma decisão ou da evolução subse-

qüente em outro sentido, que, do contrário, se tornaria ilegítima e ilícita. É o que se deduz de exemplos históricos.

Segue-se a lista que Hünermann retomou sem retoque, embora houvesse abundantes exemplos bem mais recentes. Baste recordar a contradição entre proposições do *Sílabo* de Pio IX e decretos do Concílio Vaticano II. Compare-se:

Pio IX – Sílabo (lista de erros condenados pelo Papa em outros documentos)

DH 2915: [*É condenada a proposição:*] Cada pessoa é livre de abraçar e professar a religião que, guiado pela luz da razão, julgar verdadeira.

Vaticano II – Dignitatis Humanae (Declaração sobre a liberdade religiosa)

DH 4240: Este Sínodo Vaticano declara que a pessoa tem direito à liberdade religiosa. Tal liberdade consiste em que nenhum ser humano deve estar sujeito à coerção, nem de outros indivíduos, nem da sociedade e/ou de qualquer poder humano, de modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra sua consciência ou impedido de agir segundo sua consciência, em público ou de forma privada, sozinho ou associado a outros, dentro dos devidos limites.

Outro exemplo:

Pio IX – Sílabo (lista de erros condenados pelo Papa em outros documentos)

DH 2916: [*É condenada a proposição:*] As pessoas podem encontrar no culto de qualquer religião o caminho da salvação eterna e alcançar a salvação eterna.

[*A afirmação verdadeira seria:* As pessoas não podem encontrar no culto de qualquer religião o caminho da salvação eterna nem alcançar a salvação eterna].

DH 2917: [*É condenada a proposição:*] Pelo menos se deve ter boa esperança quanto à eterna salvação de todos os que não se encontram de algum modo na verdadeira Igreja de Cristo.

[*A afirmação verdadeira seria:* Não se deve ter nem sequer boa esperança quanto à eterna salvação de todos os que não se encontram de algum modo na verdadeira Igreja de Cristo].

Vaticano II – Lumen Gentium (Constituição dogmática sobre a Igreja) (*grifos meus*)

DH 4140: Finalmente, aqueles que ainda não receberam o Evangelho estão ordenados ao Povo de Deus por relacionamentos diversificados.

Em primeiro lugar, aquele povo que recebeu a aliança e as promessas [...]. Mas o desígnio da salvação estende-se também aos que reconhecem o Criador, entre os quais vêm em primeiro lugar os muçulmanos [...]. Mas Deus também não está longe dos que em sombras e em imagens buscam o Deus desconhecido [...]. *Com efeito, os que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, contudo procuram a Deus com coração sincero e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir sua vontade, conhecida pelo ditame da consciência, <também eles> podem alcançar a salvação eterna. Também não nega a divina Providência os auxílios*

necessários à salvação aos que, sem culpa, não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida reta. [...]

Aliás, o próprio propósito de João XXIII ao convocar o Concílio estava em desacordo com o Sílabo de Pio IX. Enquanto aquele pretendia com o Vaticano II reconciliar-se e reconciliar a Igreja com o mundo moderno, a última proposição do Sílabo era taxativa ao coroar a lista de erros com esta proposição considerada errônea: “*O Romano Pontífice pode e deve reconciliar-se e associar-se com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna*” (DH 2980; grifo meu). Por ironia do destino (ou da política vaticana) Pio IX e João XXIII foram beatificados no mesmo dia, numa celebração comum...

De acordo com a orientação do editor da *editio princeps*, Peter Hünermann, também a tradução brasileira está mais preocupada com a proximidade ao original do que com a fluência de estilo. Os textos do “Denzinger” não são para serem proclamados, mas para serem estudados. Os primeiros Concílios souberam cunhar expressões novas para expressar a novidade da revelação cristã. Se algumas dessas expressões já receberam traduções consagradas, outras não mereceram tal atenção e foi preciso que os tradutores inventassem novas palavras para causar a mesma estranheza que aquelas expressões causaram nos leitores contemporâneos, versados na língua grega. Traduzir ὁμοούσιος por “consubstancial” e θεοτόκος por “Deípara” não era maior problema. A primeira palavra entrou até no Credo e poderia (deveria!) ser repetida por todos os fiéis cada domingo na celebração eucarística. A segunda expressão foi corretamente traduzida ao latim e usada inclusive na liturgia. Embora tenha sido vencida em popularidade na Igreja Latina pela expressão “Mãe de Deus”, a forma Deípara é sempre preferível por ser teologicamente menos ambígua e lingüisticamente impecável, por mais estranha que pareça à primeira vista. Com toda a razão o Vaticano II a conservou, inclusive no título do capítulo VIII da *Lumen Gentium* (DH 4172). Outra questão era a maneira de traduzir ἐνανθρωπήσαντα que aparece como complementação a σαρκωθέντα (DH 48 e em outros símbolos). A segunda palavra teve uma tradução consagrada. Nela está contida a palavra σάρξ, carne, e, conseqüentemente, foi traduzida por “encarnou-se”. Na palavra ἐνανθρωπήσαντα está a palavra ἄνθρωπος, homem, ser humano, como traduzi-la de forma a que se perceba a nuance? A opção foi por “en-humanou-se”, palavra de uma força notável, se se percebe a referência. Fica claro aqui que se trata de conduzir, através da tradução, ao texto original.

A apresentação gráfica da obra está muito bem cuidada. Mas, numa obra desse porte, não estranha que haja cochilos de diversos tipos. À medida que o usuário consulta a obra, caem em vista falhas de diferentes nature-

zas. Distração na diagramação: o Concílio de Vienne (realizado de outubro de 1311 a maio de 1312) aconteceu sob o pontificado de Clemente V, entretanto, o cabeçalho ainda traz o nome de Bento XI, seu antecessor. Por vezes falta o número marginal, como é o caso à p. 984, onde na altura do início do n° 7 da Constituição Dogmática *Dei Verbum*, do Vaticano II, falta o número marginal que seria 4207. Ou na p. 51, onde o número marginal 126 está uma linha acima do local apropriado: ele deveria estar no começo do anatematismo. Outras vezes há falhas de digitação (ou será cochilo na tradução?) que podem ser mesmo graves, como é o caso em *DH* 1326. Neste texto da bula de união com os armênios, que o Concílio de Florença aprovou em 22 de novembro de 1439, ao falar sobre o ministro do sacramento da ordem lê-se na tradução: “Ministro deste sacramento é o bispo”, quando o latim traz: “Ministro **ordinário** deste sacramento é o bispo”, o que abre a possibilidade de um ministro extraordinário e assim se legitimam os privilégios papais concedidos a determinados abades não-bispos de ordenarem seus monges em diáconos e até mesmo em presbíteros (cf. *DH* 1145s, 1290, 1435). Outro exemplo nesse sentido é *DH* 1741. É um trecho do decreto do Concílio de Trento sobre a missa como sacrifício. Num texto de grande importância teológica, o Concílio estabelece a relação entre a antiga e a nova Páscoa. Segundo a tradução “Cristo instituiu a nova Páscoa a ser imolada pela Igreja...”. Com relação ao texto latino ficou esquecido o “seipsum”. Deveria ler-se: “Cristo institui a nova Páscoa, ele próprio, a ser imolado pela Igreja...”. Para melhor compreensão do texto, o português poderia ter feito um acréscimo: “<que era>” ou “<a saber>”. Resultaria: “Cristo institui a nova Páscoa, <que era> ele próprio, a ser imolado pela Igreja...”.

Chama a atenção ao manusear o “Denzinger” a desproporção entre os documentos tomados de antigamente com relação aos dos últimos séculos. Para ilustrar basta fazer uma comparação tanto quanto aleatória. O último número da numeração marginal da edição brasileira é *DH* 5093. Significa que a metade da obra é atingida no número *DH* 2546. Trata-se de uma encíclica de Bento XIV, de 1745. Metade do “Denzinger” é, pois, ocupada por 18 séculos de história. Ou, se quisermos ser exatos, por 17 séculos e meio. A outra metade traz documentos de apenas dois séculos e meio! Significa que o magistério se tornou mais loquaz? Que agora se acredita que o papel vai salvar o mundo? Tiremos a prova dos nove... O número de páginas ocupadas pelos documentos em sentido estrito é de 1.217 (da p. 17 à p. 1234), ou, se omitimos os símbolos para restringir-nos só aos documentos é de 1.191 (da p. 43 à p. 1234). No primeiro cálculo das páginas, o meio do “Denzinger” está na p. 608, ocupada por documentos do pontificado de Gregório XVI (1831-1846); mais precisamente são textos de 1844. A diferença se faz mais gritante, pois são 608 páginas para documentos de 18 séculos e meio de história, e outro tanto para textos de um século e meio! Se se toma estritamente o espaço ocupado por documentos (omi-

tindo os símbolos), a metade do “Denzinger” está na p. 595, com a constituição de Pio VI sobre o Sínodo de Pistóia, de 1794. Restam, pois, dois séculos para a segunda metade do “Denzinger”. Essa aparentemente inútil matemática é, no entanto, altamente significativa da multiplicação de pronunciamentos oficiais das autoridades romanas. Diante disso, torna-se muito mais sério o adendo à profissão de fé prescrita pela Congregação da Doutrina da Fé (cf. *DH* 5070-5072), em 1998, em que se exige “um obséquo religioso da vontade e da inteligência”, também às doutrinas que o magistério não entende proclamar com ato definitivo.

Outra característica do novo “Denzinger” consiste na inclusão de certos documentos do magistério episcopal, como as Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano. Agora encontramos no “Denzinger” trechos de Medellín (*DH* 4480-4496), Puebla (*DH* 4610-4635) e Santo Domingo (*DH* 4930-4942). Assim o Brasil está representado, pelo menos indiretamente, em documentos de peso, pois do contrário estaria só uma única vez na resposta a uma pergunta canônica (cf. *DH* 3312). Os textos de Medellín são tomados dos documentos sobre a justiça, a paz, a juventude, a pobreza da Igreja. Em Puebla foram privilegiados, entre outros, os temas Jesus Cristo, evangelização (também conectada com religiosidade popular e com libertação), violência por motivos políticos, opção pelos pobres e pelos jovens. Em Santo Domingo foram selecionados os temas nova evangelização, promoção humana, cultura cristã, evangelização inculturada.

Salientem-se ainda os índices de *DH*. O primeiro deles é o exaustivo índice sistemático (p. 1235-1411) que, em sua estruturação, pode ser útil aos professores de teologia como inspiração para elaborar o desenvolvimento de seus cursos de forma ordenada e atualizada. Seguem-se o índice de referências bíblicas (p. 1413-1420), o índice de documentos, citados por suas palavras iniciais (p. 1421-1431), o índice analítico (p. 1433-1462) e, por fim, a concordância dos números marginais entre antes e depois de 1963, ano da edição do *DS*.

O “novo Denzinger” é um instrumento insubstituível nas bibliotecas de faculdades e institutos de teologia, nas estantes dos professores de teologia e nas mesas dos estudantes. A recomendação a ser dada aos usuários seria seguir a orientação original do idealizador, Peter Hünermann: não se deixar levar pela facilidade da tradução, mas, sempre que se trate de um texto de importância fundamental, ir ao original através da tradução, mesmo que se saibam apenas algumas noções da língua original.

Além disso, não se esqueça que o “Denzinger” é uma seleção um tanto quanto arbitrária de documentos: não o tomemos por uma Bíblia! A explanação de P. Hünermann na introdução à edição alemã (*editio princeps*) é sumamente elucidativa. Não se deixe de ler os itens I e especialmente II da introdução de P. Hünermann e a apresentação da edição brasileira por J.

Konings. Suas indicações para um uso teológico do “Denzinger” é o que eu deveria ter feito nesta apresentação e não o fiz, porque ambos já realizaram magistralmente a tarefa. Coube-me, pois, deter-me em amenidades...

Francisco Taborda SJ é doutor em teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität, Münster/Westf. (Alemanha) e professor de teologia no Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte, MG. Entre outras obras publicou: *Sacramentos, práxis e festa. Para uma teologia latino-americana dos sacramentos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 4ª edição. *Nas fontes da vida cristã. Para uma teologia do batismo-crisma*. São Paulo: Loyola, 2001. *Matrimônio – Aliança – Reino. Para uma teologia do matrimônio como sacramento*. São Paulo: Loyola, 2005, 2ª edição. Traduziu duas obras de Cesare Giraud: *Num só corpo. Tratado mistagógico sobre a eucaristia*. São Paulo: Loyola, 2003. *Redescobrimo a eucaristia*. São Paulo: Loyola, 2005, 3ª edição. Publicou inúmeros artigos em revistas de teologia do Brasil e do exterior.

Endereço: Rua Roberto Lúcio Aroeira, 318
31710-570 Belo Horizonte – MG
e-mail: ftaborda@faculdadejesuita.edu.br